

Termo de Referência 100/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
100/2024	410003-COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	PAULA GRIPP DE MELO BATISTA	16/12/2024 14:39 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	90079/2023	53115.006826/2023-56

1. Condições gerais da contratação

1.1. Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de subscrições de licenças de uso de softwares Microsoft, com direito de atualização e suporte padrão do fabricante, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Cód. PMC-TIC	Qtde	Qtde Meses	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$) 12 meses
	1	Office 365 - E1	26077	Subscrição Mensal	MS. 4.0-A1723	800	12	33,84	324.864,00
	2	Microsoft Enterprise Mobility + Security - E3	26077	Subscrição Mensal	MS. 4.0-A0850	800	12	55,48	532.608,00
	3	Microsoft 365 - E3	26077	Subscrição Mensal	MS. 4.0-A0936	1400	12	173,52	2.915.136,00
	4	Power Automate Premium	26077	Subscrição Mensal	MS. 4.0-A0069	5	12	210,25	12.615,00
					MS.				

1	5	Power BI Pro	26077	Subscrição Mensal	4.0-A1510	40	12	38,72	18.585,60
	6	CIS Datacenter Core 2L	26077	Subscrição Anual	MS. 4.0-A0752	120	1*	1.528,44	183.412,80
	7	Remote Desktop Services (RDS)	26077	Subscrição Anual	MS. 4.0-A0307	30	1*	243,67	7.310,10
	8	SQL Server Enterprise 2L	26077	Subscrição Anual	MS. 4.0-A0456	28	1*	22.889,67	640.910,76
	9	Microsoft 365 Copilot	26077	Subscrição Mensal	N/A	1400	12	183,60	3.084.480,00
	10	Copilot Studio Sub (Messages)	26077	Subscrição Mensal	N/A	5	12	1.161,72	69.703,20

* Por se tratar de subscrição anual, o critério multiplicador é 1. Porém, o licenciamento equivale à cobertura dos 12 meses.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inc. XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2.1. A solução de TIC consiste no fornecimento de subscrição de licenças de uso de softwares Microsoft, com direito de atualização e suporte padrão do fabricante, e serviços especializados, sob demanda, no desenvolvimento e implementação de soluções das plataformas Microsoft, pelo período de 12 meses.

2.2. O modelo adotado por este tipo de solução é o de assinatura (subscrição) por um período pré-estabelecido baseado na modalidade Enterprise Subscription Agreement (EAS).

2.3. Devido à sua essencialidade para o MCOM, os serviços de fornecimento de licenças Microsoft serão prestados de forma contínua, por mais de um exercício financeiro, de modo a assegurar ao ministério a garantia do funcionamento de suas atividades meio e fim, visando o atendimento à necessidade pública de forma permanente e contínua, pois, sua interrupção poderá comprometer o cumprimento da sua missão institucional.

2.4. São serviços que compõem a contratação e os respectivos quantitativos:

Lote	Item	Descrição	Detalhamento	Unidade de medida	Qtde	Quantidade meses

1	1	Office 365 - E1	Pacote de serviços baseado em nuvem que facilita a colaboração e a produtividade, incluindo o acesso às versões online do Word, Excel, PowerPoint e OneNote. Incluído o serviço de e-mail profissional com 50 GB de espaço e calendário através do Outlook. Armazenamento em nuvem com 1 TB para compartilhar e acessar arquivos.	Subscrição mensal	800	12
	2	Microsoft Enterprise Mobility + Security - E3	Solução de gerenciamento e segurança voltada para proteger dados e usuários em ambientes de nuvem e dispositivos móveis. Incluindo ferramentas e serviços que ajudam na gestão de identidade, acesso e segurança.	Subscrição mensal	800	12
	3	Microsoft 365 - E3	Suíte de colaboração e produtividade, incluindo aplicativos do pacote Office, e-mail e calendário, espaço de trabalho baseado em chat, voz, vídeo e reuniões, rede social e intranet, proteção avançada contra ameaças, gerenciamento de acesso e identidade, gerenciamento de dispositivos e aplicativos, proteção de informações, conformidade avançada e análises.	Subscrição mensal	1400	12
	4	Power Automate Premium	Solução de automação de fluxo de trabalho usada para automatizar tarefas repetitivas e manuais, melhorar processos e aumentar a produtividade. Inclui funcionalidades avançadas de automação, recursos de segurança e conformidade e a capacidade de conectar e automatizar aplicativos e dados de uma variedade de fontes.	Subscrição mensal	5	12
	5	Power BI Pro	Suíte de licenciamento de business intelligence da Microsoft que permite a criação de relatórios interativos e dashboards, além de facilitar a colaboração e o compartilhamento de insights de dados entre usuários e equipes.	Subscrição mensal	40	12
	6	CIS Datacenter Core 2L	Suíte de licenciamento que agrupa os produtos Windows Server e System Center e oferece recursos avançados de gerenciamento de dados e escalabilidade.	Subscrição Anual	120	1*
	7	Remote Desktop Services (RDS)	Suíte de licenciamento que permite que usuários se conectem a um computador ou servidor remoto através da Rede.	Subscrição Anual	30	1*
	8	SQL Server Enterprise 2L	Suíte de licenciamento de banco de dados que fornece recursos de gerenciamento de dados de classe empresarial com ferramentas de BI integradas.	Subscrição Anual	28	1*
	9	Microsoft 365 Copilot	Solução de inteligência artificial integrada às ferramentas do Microsoft 365, projetada para aumentar a produtividade e facilitar o trabalho dos usuários. Funciona como um assistente digital, ajudando na criação de conteúdo, organização de tarefas e análise de dados.	Subscrição mensal	1400	12

	10	Copilot Studio Sub (Messages)	Componente do Microsoft Copilot, que utiliza inteligência artificial para ajudar usuários a melhorar sua produtividade em aplicações como o Microsoft 365.	Subscrição mensal	5	12
--	----	-------------------------------	--	-------------------	---	----

* Por se tratar de subscrição anual, o critério multiplicador é 1. Porém, o licenciamento equivale à cobertura dos 12 meses.

2.5. Os respectivos códigos e nomenclaturas da Microsoft, assim como, a correspondência dos itens listados no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas da fabricante Microsoft, da Secretaria de Governo Digital (SGD), estão detalhados no Anexo I desse termo. Essa informação é fundamental para garantir a correta identificação dos itens que compõem a presente contratação.

2.6. Parcelamento da Solução

2.6.1. Os itens de 1 a 10 foram agrupados em um único lote tendo em vista a interdependência técnica dessas licenças que torna o parcelamento em partes inviável. Essas licenças frequentemente requerem configuração e integração simultâneas para garantir o funcionamento eficaz e a segurança do ambiente, de modo que a aquisição conjunta é essencial para evitar incompatibilidades e facilitar a gestão dos recursos.

2.6.2. Além disso, a consolidação em um único contrato para essas licenças reduz significativamente o esforço de gestão contratual. Se cada um dos itens fosse contratado separadamente, isso poderia dificultar a execução do contrato, uma vez que seria oneroso para a Administração gerenciar vários fornecedores e prestadores de serviço para as licenças similares entre si. Tal situação, certamente iria gerar casos em que o suporte técnico continuado seria provido por empresas distintas para produtos muito parecidos.

2.7. Do uso do Registro de Preços

2.7.1. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme regulamentado pelo Decreto n.º 11.462/2023, com o Ministério das Comunicações atuando como órgão gerenciador. Contudo, não será permitida a adesão de outros órgãos à ata resultante desta contratação. Essa decisão se deve à falta de uma estrutura administrativa adequada para gerenciar as demandas de outros órgãos interessados, além da necessidade de realizar e concluir este procedimento licitatório de forma ágil.

2.7.2. Com a utilização do SRP será possível contratar as licenças de forma parcelada, o que é particularmente adequado para o cenário do MCOM, onde há mudanças frequentes no quadro de pessoal, incluindo movimentação de servidores, admissão de novos colaboradores e contratação de terceirizados.

2.7.3. Nesse sentido, a flexibilidade oferecida pelo SRP permite adaptar a ativação das licenças à medida que as necessidades surgem, evitando desembolsos grandes e únicos, o que pode ser mais alinhado com a disponibilidade orçamentária e financeira do ministério.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. O Ministério das Comunicações (MCOM) possui um parque diversificado de equipamentos de informática, divididos em estações de trabalho, notebooks e servidores de rede. A integração desse conjunto de equipamentos, por meio da utilização de softwares, sistemas e aplicativos, permite a disponibilização dos diversos serviços que interligam a comunicação e subsidiam as atividades do ministério.

3.2. Os sistemas desenvolvidos e mantidos, assim como os serviços de diretório, correio eletrônico, banco de dados, ferramentas de colaboração e sistemas operacionais de rede de dados e usuários finais têm hoje como alicerce a plataforma de softwares Microsoft.

3.3. Atualmente, a subscrição de licenças de aplicativos Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement Subscription (EAS), é realizada por meio do Contrato nº 01/2021, firmado com a empresa Brasoftware Informática Ltda, que também inclui a garantia de atualização das versões. Este contrato está em seu 4º Termo Aditivo e possui vigência até 25/02/2025, mas já atingiu o limite máximo de 48 meses, impossibilitando sua renovação. Assim, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) iniciou o processo para uma nova contratação.

3.4. Para a nova contratação, será mantida a maior parte do escopo do contrato atual, assegurando a continuidade dos serviços, e serão incorporados novos serviços para atender melhor às necessidades do MCOM.

3.5. As licenças M365 E3, previstas no contrato atual, representam a parte mais significativa do escopo contratual e possibilitam a habilitação de estações de trabalho com acesso ao pacote Office, incluindo Word, Excel, PowerPoint, OneNote online, SharePoint, OneDrive, Microsoft Outlook e Microsoft Teams. Cada licença pode ser ativada em até cinco dispositivos, oferecendo flexibilidade e segurança tanto para servidores que atuam em teletrabalho quanto em dependências do Ministério.

3.6. Com base na análise do histórico de uso dessas licenças E3, observou-se que muitos usuários não estavam utilizando integralmente os recursos disponíveis. Para otimizar os recursos públicos, foram adicionadas licenças do pacote E1, uma opção econômica voltada para usuários que necessitam de ferramentas básicas de produtividade, sem o uso de aplicativos de desktop. Essas licenças oferecem acesso ao Office apenas via web e limitam o armazenamento de e-mails a 50GB, em comparação aos 100GB do pacote E3, tornando-se uma alternativa "concorrente" às licenças E3.

3.7. Essa transição será gradual, priorizando usuários que utilizam pouco os aplicativos e têm e-mails com menos de 50GB. Além disso, a inclusão das licenças "Microsoft Enterprise Mobility + Security - E3" é necessária para garantir a segurança, um recurso não contemplado no E1. Apesar disso, o pacote E1 ainda apresenta uma vantagem econômica em comparação ao E3.

3.8. O contrato atual também prevê licenças para o SQL Server Enterprise Core, que oferece um armazenamento seguro para dados relacionais e é essencial para o funcionamento de outras aplicações. Também incluem licenças do Windows Server e System Center, que aumentam a confiabilidade da infraestrutura de servidores. Por outro lado, as licenças previstas do CIS Datacenter Core permitem o agrupamento dos produtos Windows Server e System Center.

3.9. Além disso, as licenças do Power BI serão mantidas, mas com uma redução na quantidade, para atender à Coordenação-Geral de Gestão da Informação (CGGI/SPTI/SEEXEC/MCOM), que ainda utiliza essa ferramenta em suas atividades.

3.10. Para a nova contratação, foram levantadas demandas adicionais como o Power Automate Premium, Microsoft 365 Copilot, Copilot Studio e Remote Desktop Services (RDS). O Power Automate Premium, por exemplo, permitirá automação de fluxos de trabalho, enquanto o Copilot para Microsoft 365 visa aumentar a produtividade ao integrar inteligência artificial nas ferramentas do Office. Em complemento, o Copilot Studio Sub (Messages) facilitará a automação de mensagens.

3.11. Por sua vez, o Remote Desktop Services (RDS) é um conjunto de tecnologias da Microsoft que permite o acesso remoto a desktops e aplicativos. Em outras palavras, com o RDS, um usuário pode se conectar a um servidor ou computador localizado em outro lugar e usar seus recursos como se estivesse na frente dele.

3.12. Por fim, é importante ressaltar que o licenciamento regular dos softwares que compõem a plataforma base de trabalho dos usuários do MCOM é crítico para a garantia da continuidade dos serviços públicos prestados, sem os quais, tanto as tarefas rotineiras quanto as estratégicas ficam comprometidas, uma vez que esses softwares são essenciais para prover o suporte tecnológico à realização das tarefas de forma digital.

3.13. Assim sendo, a contratação proposta vislumbra um modelo integrado contínuo de entrega de serviços Microsoft, reforçando a Governança de TI e reduzindo riscos, de maneira aderente aos objetivos estratégicos do MCOM.

3.14. Relação entre a necessidade da contratação, os respectivos volumes e características do objeto:

3.14.1. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação considerou as características da solução atualmente em uso pelo MCOM, para estimar a quantidade de bens e serviços necessários. Assim, a forma de cálculo utilizada para a definição do quantitativo de bens e serviços que compõem a solução de TIC está detalhada no subitem 2.1 e no item 7 do Estudo Técnico Preliminar.

3.15. Principais Resultados e benefícios a serem alcançados:

- Acesso a produtos atualizados de software licenciados, garantindo a modernização e a ampliação e melhores níveis de segurança, integridade e consistência de dados e informações manipulados e armazenados no ambiente do MCOM;
- Melhoria da integração entre diversas soluções Microsoft, otimizando os fluxos de trabalho e elevando a produtividade.
- Suporte à garantia de estabilidade e alta disponibilidade dos serviços e sistemas mantidos pelo MCOM;
- Preservação dos investimentos e aproveitamento do conhecimento técnico com sistemas desenvolvidos e mantidos, como também os serviços de comunicação unificada, serviços de bancos de dados, sistemas operacionais e outros recursos envolvidos na contratação;
- Evolução das soluções desenvolvidas, através da adição de compatibilidade com novas tecnologias de integração, segurança, desempenho, colaboração e inovação; e
- Melhora do nível de segurança, confiabilidade e escalabilidade dos serviços.

3.16. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2024 e, devidamente publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 37753638000103-0-000002/2024
- Data de publicação no PNCP: 24/11/2023

- Última Atualização: 08/08/2024
- ID do Item no PCA: 06 (Soluções de TIC)
- Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
- Identificador da Futura Contratação: 410003-90079/2023
- Referência: Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br)

3.17. Além disso, a contratação também atende aos requisitos de programação estratégica de contratações de TIC, conforme detalhado nos quadros 1 e 2 a seguir:

Quadro 1: Vinculação estratégica com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MCOM 2023-2024, versão 1.0

NECESSIDADE	META	AÇÃO	ANO PDTIC	REFERÊNCIA
N4. Provisamento, manutenção e atualização do parque de equipamentos e infraestrutura de redes	M6. Prover equipamentos e serviços de infraestrutura e manter alta disponibilidade do ambiente tecnológico do Ministério	Prover ferramentas tecnológicas e licenças de software de uso corporativo	2023-2024	MCOM - PDTIC 2023-2024 (www.gov.br)

Quadro 2: Alinhamento aos Planos Estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PLANO ESTRATÉGICO	REFERÊNCIA
OE 07 - Aprimorar e evoluir a Governança	Mapa Estratégico do Ministério das Comunicações (PEI MCOM 2024-2027)	Planejamento Estratégico/Valor Público — Ministério das Comunicações (www.gov.br)
Objetivo 6 – Infraestrutura Digital	Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGd)	DECRETO Nº 12.069, DE 21 DE JUNHO DE 2024 - DECRETO Nº 12.069, DE 21 DE JUNHO DE 2024 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br) e Estratégia Nacional de Governo Digital — Governo Digital (www.gov.br)

3.18. Ressalta-se que o objeto dessa contratação não tem por objetivo a oferta digital de serviços públicos.

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Os produtos devem ser licenciados de acordo com as condições estabelecidas no Acordo Corporativo Nº 8/2020, dos Catálogos de Soluções de TIC, seguindo as normas da Secretaria de Governo Digital - SGD/MGI, disponível em: Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas (Microsoft) — Governo Digital (www.gov.br).
- 4.1.2. As interfaces e telas das soluções oferecidas devem estar disponíveis no idioma português do Brasil.

4.2. Os serviços e o respectivo serviço de suporte técnico agregado deverão ser prestados por empresa devidamente credenciada na fabricante Microsoft. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar declaração que comprove sua habilitação para comercializar licenças Microsoft, demonstrando que é uma revenda autorizada na modalidade LSP-GP.

4.2.1. Cumpre esclarecer que tal exigência é pautada na premissa de que o modelo de atuação da fabricante no Brasil é indireto, com a necessária atuação de revendas credenciadas. As contratações de licenciamento por volume são feitas por Large Solution Partners (LSP). Na Administração Pública, a Microsoft estabelece contratos com revendas chamadas Government Partners (GP), permitindo que apenas empresas autorizadas pela Microsoft celebrem contratos com a Administração.

4.2.2. Desse modo, tal exigência possibilita a segurança de que, uma vez concluído o certame, a licitante vencedora terá condições de efetivamente entregar os licenciamentos previstos, estando apta a adquiri-los do fabricante, e firmar contrato com a Administração Pública.

4.3. Deverá ser fornecido suporte técnico e garantia agregados as licenças durante todo o período contratual, conforme disposto na subseção “Requisitos de Garantia e Manutenção”.

Requisitos de Capacitação

4.4. Quando aplicável, a CONTRATADA deverá realizar capacitação de usuários internos e/ou da equipe técnica do requisitante nas soluções entregues, conforme definição, sem custo adicional.

Requisitos Legais

4.5. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, e a outras legislações aplicáveis.

4.6. A contratada deverá se submeter a Política de Segurança da Informação (POSIN) do Ministério das Comunicações, nos termos da Portaria MCOM nº 14.196 de 19 de agosto de 2024.

Requisitos de Manutenção

4.7. Devido às características da solução, para manutenção da disponibilidade e aperfeiçoamento de funcionalidades em caso de falhas, será ofertado pela CONTRATADA o serviço de Suporte Técnico, Manutenção e Garantia agregado às licenças, conforme requisitos descritos na subseção “Requisitos de Garantia e Manutenção” deste Termo de Referência.

Requisitos Temporais

4.8. As licenças, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

4.8.1. Nesse período, além das licenças, deverão ser informadas as credenciais de acesso, exclusivas da CONTRATANTE, para acesso a área exclusiva do site do fabricante, para verificação das licenças disponibilizadas.

4.8.2. A entrega será caracterizada pela disponibilização das credenciais de acesso e das licenças, com seus respectivos quantitativos, no site do fabricante, em área de acesso exclusivo da CONTRATANTE, por meio de utilização de credenciais específicas.

4.8.3. Após a comunicação da CONTRATADA, que as licenças já estão disponíveis no site da fabricante, a CONTRATANTE, caso já tenha recebido as credenciais de acesso, elaborará o Termo de Recebimento Provisório, em até 5 dias úteis.

4.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.10. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.11. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação (POSIN) do Ministério das Comunicações, nos termos da Portaria MCOM nº 14.196 de 19 de agosto de 2024.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.12. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.12.1. A solução deverá fornecer todos os produtos e documentação com disponibilidade em Português (Brasileiro). O suporte técnico também deverá ser prestado em Português (Brasileiro).

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.13. As soluções devem conter os requisitos primários de um software como serviços (SaaS), ou seja, um serviço distribuído com baixa latência e pontos de entrada do aplicativo em nuvem espalhados em diversas regiões.

4.14. A arquitetura das soluções deve basear-se em micro serviços e aplicativos.

4.15. A Solução deverá assegurar a disponibilidade, confidencialidade e integridade dos dados, informações e sistemas informatizados, inclusive de todas as suas alterações, manuais, programas fonte e objeto, bases de dados ou outros recursos, pertencentes à CONTRATANTE, armazenados ou residentes na CONTRATADA.

4.16. A solução deve possuir arquitetura redundante garantindo a continuidade da prestação do serviço, exceto em interrupções programadas de serviços, que devem ser informadas à CONTRATANTE conforme prazos estabelecidos neste documento.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.17. Não se aplica para os serviços previstos nesta contratação.

Requisitos de Implantação

4.18. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.18.1. A CONTRATADA deverá informar e providenciar local de acesso e/ou ferramenta para gerenciamento, controle, acesso e suporte à implantação para as licenças de software fornecidas.

4.18.2. A CONTRATADA deverá prestar assessoria técnica e administrativa na correta ativação de todo o licenciamento.

4.18.3. Deverá ser fornecido certificado do fabricante que comprove o registro das licenças no site do fabricante (ou chave única tipo serial, ou funcionalidade de gestão que permita atestar tal condição), comprovando perante o fabricante que se trata de uma ferramenta devidamente licenciada.

4.18.4. Deverá ser fornecida documentação oficial do fabricante da solução, em português, com informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, part number, modelo, versão, data de validade, indicador de direito de atualização, garantia e suporte e período de garantia.

4.18.5. Os produtos devem ser fornecidos incluindo todos os aplicativos e ferramentas da oferta padrão do FABRICANTE, não podendo a CONTRATADA excluir e/ou alterar qualquer item da oferta padrão.

4.19.6. Para garantir a continuidade do negócio e possibilitar a transição contratual, o serviço a ser contratado deverá permitir a portabilidade de dados e aplicativos e as informações da CONTRATANTE deverão estar disponíveis para transferência de localização, em prazo adequado e sem custo adicional.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.19. O serviço de suporte técnico agregado ao fornecimento das licenças se destina à correção de problemas e esclarecimento de dúvidas sobre configuração, funcionamento, manutenção e atualização da solução ofertada.

4.20. A CONTRATADA deverá prestar assessoria técnica e administrativa na correta ativação de todo o licenciamento previsto nos itens desta contratação.

4.21. A lista a seguir não é exaustiva, mas contém os principais serviços de manutenção, atualização de versão e suporte técnico, a serem executados durante a vigência contratual:

4.21.1. Correções de problemas e anomalias (bugs) nos softwares, atualizações de versões e releases;

4.21.2. Solução de dúvidas e acompanhamento para a operação, configuração, upgrade e instalação das ferramentas disponibilizadas para gestão do ambiente;

4.21.3. Garantir que novas versões de firmware ou atualizações dos produtos sob contrato de manutenção tenham a perfeita compatibilidade com o ambiente operacional em uso nas instalações computacionais do CONTRATANTE.;

4.21.4. Apoio ao desenvolvimento de soluções para produtos e serviços;

4.21.5. Apoio em planejamento e execução em projetos de migração;

4.21.6. Apoio em planejamento e execução de projetos e mudanças de grandes impactos na organização;

4.21.7. Apoio na resolução de incidentes graves e de grandes impactos nas operações de negócio;

4.21.8. Apoio em projetos de integração com outros serviços e tecnologias existentes no MCOM; e

4.21.9. Acompanhamento especializado em grandes eventos do Ministério envolvendo serviços de TI (programas críticos).

4.22. A CONTRATADA deverá garantir a atualização dos micro-códigos, firmwares, drivers e softwares instalados, provendo o fornecimento de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novos releases, a partir do recebimento definitivo pela CONTRATANTE, durante o período de garantia.

4.22.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar comprovante de registro que garanta o direito de atualização das licenças no site do fabricante durante o período de vigência do contrato.

4.23. Caso seja necessário substituir licenças equivalentes durante a vigência do contrato, isso deverá ocorrer sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

4.24. O serviço de suporte técnico deverá ser via sistema informatizado, pelo período contratado e estar disponível para acionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em português ou por meio de um tradutor.

4.24.1. Disponibilidade para abertura de chamado: 24 x 7 x 365.

4.25. O atendimento será preferencialmente remoto. Caso haja necessidade de intervenção local, esta poderá ser executada sem custo adicional. Nos dois casos, sempre com acompanhamento da equipe técnica da CONTRATANTE.

4.26. Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato.

4.27. A CONTRATADA deverá oferecer manutenção e suporte técnico conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta definidos no Anexo VII deste Termo de Referência.

4.28. O que não estiver previsto no edital deverá obedecer às regras de comercialização do fabricante.

Requisitos de Experiência Profissional

4.29. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.30. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.31. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de Serviço (OS) emitida pela CONTRATANTE.

4.32. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.33. Não há garantia de execução mínima ou consumo mínimo de serviços por parte da CONTRATANTE para nenhum dos itens previstos no objeto.

4.34. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: “com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica.”

4.35. A execução do serviço deve ser acompanhada pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.36. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

4.37. A CONTRATADA não deve analisar ou processar o conteúdo dos e-mails para qualquer finalidade que não seja a prestação do serviço contratado.

4.38. A CONTRATADA não deve analisar, processar ou indexar o conteúdo do e-mail para fins publicitários ou de criação de perfil de usuários.

4.39. A CONTRATADA não recolherá qualquer informação sobre o uso da Internet ou a localização por parte dos usuários.

4.40. A CONTRATADA deverá observar os princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação (POSIN) do Ministério das Comunicações, nos termos da Portaria MCOM nº 14.196 de 19 de agosto de 2024.

4.41. A prestação dos serviços deverá respeitar a legislação brasileira quanto à segurança da informação, proteção de dados pessoais e privacidade, em especial à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), bem como as disposições contidas na Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Vistoria

4.42. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.43. Considerando que objeto da contratação é o fornecimento de softwares de prateleira entregues em formato digital, não foram identificados requisitos específicos de sustentabilidade para esta aquisição.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.44. Na presente contratação será admitida a indicação da marca MICROSOFT, de acordo com as justificativas técnicas contidas nos Estudos Preliminares, e objetivando compatibilidade técnica com a solução atualmente em uso no MCOM (em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração, em conformidade com a alínea b, inc. I, art. 41, da Lei nº 14.133, de 2021).

Da exigência de carta de solidariedade

4.45. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.46. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Consórcio

4.47. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

Da verificação de amostra do objeto

4.48. Não será exigida amostra do objeto.

Garantia da Contratação

4.49. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor atualizado do contrato, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.50. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.51. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.52. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Informações relevantes para a apresentação e dimensionamento da proposta

4.53. A demanda do órgão tem como base as características dispostas no item 7 (Estimativa da Demanda) do Estudo Técnico Preliminar da Contratação.

4.54. Na proposta ofertada já deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias à perfeita execução do objeto desta licitação, tais como impostos, tributos, e demais despesas inerentes. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura do certame e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

4.54.1. Na hipótese de redução de alíquota após a apresentação da proposta, ela será devidamente considerada por ocasião do pagamento.

4.55. A proposta da licitante deverá vir acompanhada de documentação técnica que comprove o atendimento de todos os requisitos deste Termo de Referência.

4.56. Deverá compor a proposta do licitante os seguintes documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos da contratação:

4.56.1. Declaração que ateste que o licitante concorda e atende integralmente os termos deste documento e seus anexos, sem restrições de qualquer ordem.

4.56.2. Declaração de que irá entregar todos os requisitos de suporte solicitados neste edital, informando qual o endereço para abertura de chamados.

5. Papéis e responsabilidades

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações da CONTRATADA

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5.. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Fazer a transição contratual, quando for o caso,

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. Sefinição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.4.3. As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. Modelo de execução do contrato

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: até 10 (dez) dias contados da assinatura da Ordem de Serviço (OS).

6.1.2. A CONTRATADA deverá emitir um Relatório de Entrega dos produtos licenciados, no prazo máximo de 5 (cinco) úteis após a entrega das licenças, contendo descrição detalhada das licenças disponibilizadas e demais informações pertinentes.

Local da prestação dos serviços

6.2. Não se aplica à presente contratação, tendo em vista se tratar de disponibilização de subscrição de licenças de software de forma online.

Materiais a serem disponibilizados

6.3. Não será necessária a disponibilização de materiais pela CONTRATADA.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Formas de transferência de conhecimento

6.5. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.6. O procedimento de transição e finalização do contrato constitui-se da seguinte etapa:

6.6.1. Para garantir a continuidade do negócio e possibilitar a transição contratual, o serviço a ser contratado deverá permitir a portabilidade de dados e aplicativos e as informações da CONTRATANTE deverão estar disponíveis para transferência de localização, em prazo adequado e sem custo adicional.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.7. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no Anexo IV – Modelo de Ordem de Serviço.

Mecanismos formais de comunicação

6.8. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

6.8.1. Ordem de Serviço;

6.8.2. Ata de Reunião;

6.8.3. Ofício;

6.8.4. Sistema de abertura de chamados;

6.8.5. E-mails e cartas.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.9. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.10. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexos II (Termo de Ciência) e III (Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo) deste Termo de Referência.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.7. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.8. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

7.8.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.8.1.1. Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;

7.8.1.2. Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.8.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.8.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.8.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste Termo de Referência.

Fiscalização

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.10. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.10.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.10.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.10.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.11. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.13 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CrITÉRIOS de medição e pagamento

7.19. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo VII - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.20. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.21. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme Anexo VII deste Termo de Referência.

Do recebimento

7.22. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e requisitante, mediante termos detalhados, declarando que os serviços foram prestados, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, de acordo com a alínea "a" do inciso I, e alínea "a" do inciso II do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, respectivamente.

7.22.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.23. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.23.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.24. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.25. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.26. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.27. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.28. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.29. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.29.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.29.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.29.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.29.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.29.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.30. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.31. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.32. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimento de Teste de Inspeção

7.33. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.33.1. Será avaliado se a entrega das licenças ocorreu no prazo estipulado neste Termo de Referência.

7.33.2. Será avaliado se a entrega das licenças ocorreu em quantidades estipuladas nas Ordens de Serviço.

7.33.3. Será avaliado se a entrega das licenças ocorreu na qualidade estipulada tanto em Termo de Referência quanto nas Ordens de Serviço.

7.34. Com vistas a assegurar a qualidade dos serviços e a fim de mitigar os riscos de recebimento de serviços diferentes daqueles especificados pelo órgão, serão estabelecidos ainda os seguintes critérios mínimos de aceitação, ou seja, condições de aceite ou não do serviço executado, avaliando, quando couber:

- a) qual é o software específico que está sendo disponibilizado;
- b) se o software especificado na proposta comercial é o mesmo que está sendo entregue ao órgão, considerando aspectos como: o nome, a versão, a categoria, forma de licenciamento e o código de identificação unívoca;
- c) se o software entregue está devidamente licenciado junto ao fabricante;
- d) se o quantitativo demandado foi efetivamente disponibilizado ou prestado;
- e) se foram disponibilizadas informações inerentes ao uso do software entregue, por meio de consoles ou portais disponibilizados pelo próprio fabricante;
- f) se o prazo de suporte e/ou garantia do software contratado é o mesmo estabelecido no contrato;
- g) se foram fornecidos registros de licença do software ou chaves de instalação e documentação técnica original do fabricante;
- h) se foi disponibilizado acesso a portal do fabricante, que permite a administração das licenças de software; e
- i) se a contratada disponibilizou as licenças e o acesso ao portal do cliente.

7.35. Em atendimento às recomendações da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, será adotado o modelo de checklist para a conferência dos critérios mínimos de aceitação apresentados nesta seção, conforme o exemplo de lista de verificação contido no item 2.1 do Anexo VII da Portaria 5.950.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.36. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.37. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.37.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.37.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.37.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.37.4. Multa:

7.37.4.1. Moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;

7.37.4.2. Moratória de 2% (dois por cento) do valor total do contrato em decorrência do atraso injustificado pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

7.37.4.2.1. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.37.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.34, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

7.37.4.4. Compensatória, para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.34, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

7.37.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.34 a multa será de 10% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

7.35.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 7.34, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

7.37.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.34, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15 % (quinze por cento) do valor do Contrato.

7.38. Além disso, nos casos de incidentes durante a execução do objeto, a CONTRATANTE registrará as ocorrências conforme a tabela a seguir:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 48 horas úteis.	Multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso (a contar do prazo de notificação da advertência) em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 dias úteis.
		Após o limite de 5 dias úteis, a contar do prazo de multa, aplicar-se-á multa cumulativa de 10% do valor total do Contrato.
2	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial	Advertência. Em caso de reincidência, até 0,5% sobre o valor total do Contrato.
3	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5	Não atender aos Níveis mínimos de serviço.	Observar o disposto no Anexo VII deste termo de referência.
		Advertência.

6	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5% do valor total do Contrato.
---	--	---

7.39. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.40. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.41. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.42. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.43. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.44. Para a aplicação das sanções previstas serão considerados:

7.44.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.44.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.44.3. as circunstâncias agravantes ou atenuante;

7.44.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.44.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.45. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.46. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.47. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.48. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21. 6.47.

7.49. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta Contratação ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.50. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a CONTRATADA:

7.50.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.50.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Liquidação

7.51. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.52. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.53. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.53.1. o prazo de validade;

7.53.2. a data da emissão;

7.53.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.53.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.53.5. o valor a pagar; e

7.53.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.54. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

7.55. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.56. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.55. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.57. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.58. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.59. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.60. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.61. O pagamento somente será autorizado depois de emissão do Termo de Recebimento Definitivo e ateste do servidor competente na Nota Fiscal apresentada.

7.62. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Ministério da Comunicações.

7.63. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI/IPEA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.64. O pagamento seguirá o seguinte critério:

ITEM	DESCRIÇÃO	PERIODICIDADE
1 a 10	Subscrições	Anual - Em parcela única referente à cada Ordem de Serviço (OS) emitida para ativação das licenças.

7.65. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.66. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.67. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.68. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.69. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.70. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.70.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

7.71. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.72. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.73. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.74. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

8. Do reajuste

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.28.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a licitante deverá apresentar atestados/certificados conforme detalhados na tabela seguir:

Item	Requisito	Capacidade	Quantidade
1 a 10	1	Comprovar o fornecimento de licenças do Office 365 que representa a solução de parcela de maior vulto, previstas neste Termo de Referência.	Mínimo de 49% do item 3, o que corresponde ao quantitativo de 686 licenças.

9.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33.1. O licitante deverá indicar objetivamente a qual requisito de qualificação cada documento ou atestado apresentado atende. Para isso, poderá ser apresentada planilha complementar com a correlação entre a documentação e o requisito do Termo de Referência correspondente.

9.33.2. A Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo do Anexo VI da Portaria SGD/MGI nº 5.950 /2023, deve ser entregue pelo licitante durante a fase de recebimento de propostas e não se vincula à estimativa apresentada pelo órgão contratante na fase de planejamento da contratação.

9.34. Será admitida a participação de cooperativas, com a exigência de apresentação da seguinte documentação complementar:

- 9.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.34.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.34.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 7.789.625,46

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 7.780.332,66 (sete milhões, setecentos e oitenta mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição	Unidade de medida	Qtde	Qtde Meses	Valor unitário	Valor total Estimado (Anual)
	1	Office 365 - E1	Subscrição mensal	800	12	R\$ 33,84	R\$ 324.864,00
	2	Microsoft Enterprise Mobility + Security - E3	Subscrição mensal	800	12	R\$ 55,48	R\$ 532.608,00
	3	Microsoft 365 - E3	Subscrição mensal	1400	12	R\$ 173,52	R\$ 2.915.136,00

1	4	Power Automate Premium	Subscrição mensal	5	12	R\$ 210,25	R\$ 12.615,00
	5	Power BI Pro	Subscrição mensal	40	12	R\$ 38,72	R\$ 18.585,60
	6	CIS Datacenter Core 2L	Subscrição anual	120	1*	R\$ 1.528,44	R\$ 183.412,80
	7	Remote Desktop Services (RDS)	Subscrição anual	30	1*	R\$ 243,67	R\$ 7.310,10
	8	SQL Server Enterprise 2L	Subscrição anual	28	1*	R\$ 22.889,67	R\$ 640.910,76
	9	Micr10.3soft 365 Copilot	Subscrição mensal	1400	12	R\$ 183,60	R\$ 3.084.480,00
	10	Copilot Studio Sub (Messages)	Subscrição Mensal	5	12	R\$ 1.161,72	R\$ 69.703,20
Valor Total Global							R\$ 7.789.625,46

* Por se tratar de subscrição anual, o critério multiplicador é 1. Porém, o licenciamento equivale à cobertura dos 12 meses.

10.2. A pesquisa de preço realizada para a elaboração do orçamento estimado encontra-se registrada sob o nº 74/2024-41003, na plataforma Compras.gov.br. E, os documentos utilizados para embasar a pesquisa de preços integram o Processo Administrativo nº 53115.006826/2023-56.

10.2.1. É importante ressaltar que os itens de 1 a 8 da solução estão incluídos no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas da fabricante Microsoft. Portanto, o valor estimado para esses itens respeitou o Preço Máximo estipulado (PMC-TIC).

10.3. Como trata-se de uma licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. De acordo com o art. 17 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que trata do sistema de registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: Programa de Trabalho 24.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade, Plano Orçamentário 0001 - Sustentação e Modernização dos Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicações (LOA 2024, Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024).

11.2.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Informações Complementares

12.1. O conteúdo deste Termo de Referência compatibiliza-se com o modelo "Termo de Referência (TR) para serviços de TIC (última atualização em 29/05/2023), elaborado e disponibilizado pela Secretária de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), no seguinte endereço: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/templates-e-listas-de-verificacao>, Acesso em 10/10/2024.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CICERO ADRIANO FARIAS SANTANA ALVES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 16/12/2024 às 13:48:56.

OTAVIO LUIZ NEVES GONCALVES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 16/12/2024 às 14:10:29.

MARCELO DA SILVA COSTA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 16/12/2024 às 14:15:47.

LEONARDO RAMIRO DE AMORIM OLIVEIRA

Autoridade Máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 16/12/2024 às 14:39:14.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Tabela de Especificacoes e Nomenclaturas do Objeto.pdf (427.37 KB)
- Anexo II - Termo de Ciencia.pdf (426.55 KB)
- Anexo III - Termo de Compromisso de Manutencao de Sigilo.pdf (581.96 KB)
- Anexo IV - Modelo de Ordem de Servico.pdf (580.12 KB)
- Anexo V - Modelo de Termo de Recebimento Provisorio.pdf (487.71 KB)
- Anexo VI - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo.pdf (618.68 KB)
- Anexo VII - Instrumento de Medicao de Resultado.pdf (759.07 KB)